

ESPLANADA GERAL

LIBERAÇÃO DO FGTS

Caixa já foi intimada a pagar

Os filiados que fazem parte da ação judicial conduzida pelo sindicato podem começar a comemorar. Afinal de contas, estamos muito perto de receber a correção dos saldos do FGTS referentes aos Planos Econômicos Verão (janeiro/1989) e Collor (abril/1990). Nesse período, a Caixa Econômica

Federal (CEF) reajustou a menor os saldos do FGTS.

O mandado de intimação da CEF retornou aos autos do processo em 17 de setembro. Segundo decisão judicial, a CEF tem até o dia 19 de outubro para começar a pagar os filiados, em lotes de mil pessoas por mês. Se não cumprir o acordo, a CEF vai pagar multa diária de R\$ 200 por beneficiário.

Greve na CEF - É possível que, devido à greve dos bancários, a CEF solicite à

Justiça uma prorrogação do prazo para começar a pagar, uma vez que os setores operacional e jurídico do banco estavam paralisados.

O boletim Esplanada Geral informará toda e qualquer novidade quanto à liberação do FGTS. Fique atento! Estamos na reta final de vencer uma grande batalha.

Mais informações no site da justiça: www.jftrj.gov.br - processo nº 200151010127461.

ANISTIADOS

PRAZO PRORROGADO PARA 30 DE NOVEMBRO

Os anistiados que não haviam conseguido entregar o requerimento para revisão das anistias poderão fazê-lo até o dia 30 de novembro. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União no dia 29 de setembro.

Além de prorrogar o prazo, o Decreto nº 5.215 aumentou de um para dois os representantes dos anistiados na Comissão Especial Interministerial (CEI). A CEI fará a revisão dos processos de anistia, criando a possibilidade de retorno para cerca de 11 mil anistiados que

não foram mantidos pela Cointer.

Atenção - Os anistiados da Lei 8.878/1994 devem protocolar os requerimentos solicitando a revisão da cassação de suas anistias em qualquer órgão de Recursos Humanos da Administração Pública Federal. O requerimento e o perfil profissional estão disponíveis no site do sindicato www.sindsep-df.com.br. Além disso, o anistiado deve justificar no requerimento as razões do pedido de revisão. Mais informações com Valter, da Comissão de Anistiados do SINDSEP-DF, pelo telefone 212.1946.

APOSENTADOS

DEVOLUÇÃO POR CAUSA DO NOVO TETO

O boletim eletrônico do Ministério do Planejamento divulgou que cerca de 257 mil servidores aposentados e pensionistas do Poder Executivo receberam a devolução do que foi cobrado a maior nos meses de junho e julho pelo governo.

O valor já consta no contracheque de outubro - referente à folha de pagamento de setembro.

QUEM VAI RECEBER A DEVOLUÇÃO?

A reforma da Previdência

instituiu a cobrança previdenciária de 11% sobre o valor acima de R\$ 1.505,17. A taxação dos aposentados, porém, só foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 18 de agosto. O STF manteve a constitucionalidade da taxação, porém elevou o teto de isenção para R\$ 2.508,72.

O governo não esperou a decisão do Supremo e, assim, cobrou a maior dos servidores, considerando o teto de R\$ 1.505 nos meses de junho e julho. Agora teve de devolver. E em parcela única, como reivindicavam

as entidades sindicais e de acordo com a orientação da AGU.

No mês de agosto, o governo já aplicou o teto decidido pelo STF, de R\$ 2.508,72.

Por exemplo, se a aposentadoria for de R\$ 3 mil, com o novo teto, o servidor vai pagar 11% sobre R\$ 492, ou seja, R\$ 54. Com o teto anterior de R\$ 1.505,17, o mesmo servidor pagaria 11% de R\$ 1495, o equivalente a R\$ 164. É essa diferença que foi devolvida no contracheque de outubro.

GREVE NO IBAMA



SERVIDORES REJEITAM PROPOSTA DO GOVERNO

Governo tenta barrar a greve com proposta parcelada de gratificação de desempenho

As assembleias realizadas em todo os estados no último dia 14 recusaram a proposta do governo. Em Brasília, nota divulgada pelo Comando de Greve criticou o posicionamento intrasigente do governo ao não cumprir o acordo assinado no ano passado.

O governo insiste em criar uma gratificação de desempenho (GDA) a ser paga para os analistas e técnicos vinculados à carreira de especialista em Meio Ambiente e para o quadro de pessoal do PCC vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama. No caso do PCC, a nova gratificação substituiria a GDATA.

Não há definição de como se daria a avaliação, apenas que 40% será institucional e 60% individual. O que está claro, segundo informou o Comando de Greve, é que para o pessoal da carreira essa GDA seria uma percentagem do vencimento básico e, para o PCC, incidiria sobre a remuneração total.

A proposta do governo é pagar a GDA parcelada em três vezes: em janeiro de 2005, em agosto e a terceira parcela somente em janeiro de 2006.

Novamente, o governo ataca a solidariedade entre as gerações e discrimina os aposentados. Para eles, o governo propôs pagar metade do valor que seria pago ao pessoal da ativa.

COMANDO NACIONAL DE GREVE REUNE-SE EM BRASÍLIA DIA 18

Representantes dos comandos de greve locais estarão em Brasília nesta semana para avaliar o movimento e reforçar a mobilização grevista. A Condsef convocou uma plenária nacional dos servidores do Ibama para o dia 19, na sede da Confederação, às 14 horas. Endereço: SCS, Qd 2, Bloco C, Ed. Wady Cecílio II, Brasília.

A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

O boletim Esplanada Geral inaugura uma seção permanente sobre Plano de Carreira com o objetivo de informar a luta em cada local de trabalho. Engana-se quem imagina que o governo desistiu da política de dividir a categoria e individualizar o contrato de trabalho com as chamadas gratificações de desempenho. Ele recua quando percebe que o repúdio é geral mas, no momento seguinte, volta a colocá-la na mesa. Vale a mesma coisa para a quebra da paridade entre ativo e aposentado. Esse jogo de pressão acontece em dezenas de mesas setoriais de negociação, envolvendo o Sindsep, por vezes outros sindicatos e quase sempre as associações de servidores em cada órgão. O desafio da categoria é unificar ações e iniciativas de todas essas entidades de modo a aproveitar a possibilidade de negociar mas sem perder o norte da reivindicação comum: a valorização do servidor significa reajuste no vencimento básico e preservação da paridade. Escreva para a seção "Plano de Carreira" reportando a discussão no seu local de trabalho. Envie suas dúvidas, críticas, propostas ou relatos para o email imprensa@sindsep-df.com.br

MEDIDA PROVISÓRIA DO INCRA E IMPRENSA NACIONAL

Publicada no Diário Oficial da União em 24 de setembro de 2004, a Medida Provisória (MP) nº 216 institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional (GEPDIN). Vejamos quais as implicações da MP no caso da Imprensa Nacional. A MP 216 também dispõe sobre a criação do Plano de Carreira e Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra e da gratificação de desempenho (GDARA). Voltaremos ao Plano de Carreira do Incra na próxima edição do boletim. Também estão em pauta o Plano da Funai e o do Ministério da Cultura.

REDISTRIBUÍDOS DA IN FICAM DE FORA

Em 2000, o governo retirou uma gratificação similar (GPS) à que está sendo criada agora, reduzindo drasticamente a remuneração dos servidores da Imprensa Nacional. O valor da gratificação em setembro de 2000 foi de R\$ 3.086,00 para os três níveis. A MP, além de instituir um valor inferior àquele recebido até 2000, cria diferenciação entre os níveis:

NS (superior) – R\$ 2.470,00
NI (intermediário) – R\$ 2.263,00
NA (auxiliar) – R\$ 2.151,00

A GEPDIN irá substituir três gratificações: a GPS, a GDATA e a complementação da GPS (art. 32, par. 2º, MP 216).

O parágrafo 4º, artigo 32 da MP, penaliza os servidores redistribuídos. Só terão direito de optar pela GEPDIN aqueles servidores cujo processo de redistribuição para o Quadro da Imprensa Nacional tenha iniciado até a publicação da MP (24/9/04). Apenas 14 servidores estão nessas condições.

A secretaria jurídica do SINDSEP entende que, se o servidor fizer a opção pela GEPDIN, tendo em vista a forma como a MP 216 foi redigida, ele poderá continuar brigando na Justiça pelo passivo – ou seja, pelo o que ele tem direito a receber desde o período em que houve a redução da GPS (outubro 2000) até a data de opção pela GEPDIN. O prazo para optar pela nova gratificação vai até o dia 22 de novembro de 2004.

A LUTA CONTINUA

Uma boa parte da militância que participou da greve de 2000 foi redistribuída pela Imprensa Nacional, nos tempos do coronel e de FHC. Eles estão sendo novamente prejudicados com a MP 216.

Por isso, a luta para beneficiar os redistribuídos é uma luta de toda a categoria. A forma de desenvolvê-la será discutida coletivamente.

PARALISAÇÃO NO MAPA DIA 20

Os servidores do Ministério da Agricultura (Mapa) farão uma paralisação nacional em defesa da gratificação (GDAG) que antecipa o Plano de

Carreira do Mapa. Em Brasília, o SINDSEP-DF está organizando uma manifestação em frente ao Ministério do Planejamento, às 10 horas. Participe!

REUNIÃO NO DNIT DISCUTE GREVE

No dia 30 de setembro, os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) decretaram estado de greve.

O governo, porém, alega que não há di-

nehiro para atender às reivindicações dos servidores: reestruturação do órgão, Plano de Carreira e contratação de pessoal por concurso público.

Nesta semana, repre-

sentantes dos servidores nos estados estarão reunidos em Brasília para avaliar o andamento das negociações e preparar a mobilização, a partir do indicativo de greve por tempo indeterminado.



Após 30 dias em greve nacional, a Executiva Nacional dos Bancários orientou à categoria a suspensão do movimento até o dia 20 de outubro, com o objetivo de reabrir as negociações com a Fenaban (Federação dos Bancários) e com as direções dos bancos públicos. Das 24 capitais que aderiram ao movimento, 21 voltaram ao trabalho no dia 15.

No dia 20, véspera do julgamento do dissídio coletivo pelo Tribunal Superior do Trabalho, os sindicatos voltam a realizar assembleias. Na quinta-feira (21/10), haverá paralisações e manifestações para marcar o Dia Nacional de Luta da categoria.

A greve de 2004 foi a maior e a mais longa paralisação da história da categoria, que desta vez unificou trabalhadores dos bancos públicos e privados.

Os bancários reivindicavam 25% de reajuste. A Fenaban diz que só pode dar 8,5%, apesar do setor financeiro ser o recordista de lucros. Os trabalhadores apresentaram uma contra-proposta de 19%

e um abono salarial.

IMPASSE

Os banqueiros não estão dispostos a negociar. Insistem nos 8,5% e agora querem descontar os dias parados. O governo, por sua vez, cogita negociar os dias parados com os trabalhadores dos bancos públicos, mas segue a proposta salarial da Fenaban. A Justiça intervém contra o direito legítimo de greve.

O desafio colocado aos bancários é o mesmo para os servidores: trabalhar pela unidade da categoria e exigir do governo Lula as medidas necessárias para atender aos trabalhadores.

Petroleiros – Até o fechamento desta edição (15/10), os petroleiros estavam decidindo se vão entrar em greve no dia 19, caso a Petrobras não melhore a proposta de reajuste. Os petroleiros reivindicam 13,2% de reajuste e a proposta da empresa, até então, é de 7,81%. A esperança de mudança depositada nas urnas em 2002 está sendo cobrada nas ruas.

SINDSEP PREPARA-SE PARA CONGRESSO DA CONDSEF

205 delegados foram eleitos na base do Sindsep-DF para participar do VIII Congresso da Condsef, que se realizará de 8 a 12 de dezembro, em Belo Horizonte (MG).

De acordo com os Estatutos da Confederação, os delegados são eleitos em assembleias por local de trabalho em número limitado a um delegado para cada 100 filiados ou fração de 51, observado o quorum de 10 presentes para cada delegado. Por exemplo, um órgão que tem 251 filiados, pode eleger até o máximo de 3 delegados se sua assembleia reunir, no mínimo, 25 servidores.

Para ser reconhecido como delegado, o servidor eleito deve estar filiado ao sindicato até a data de sua respectiva assembleia.

Uma das condições elementares da democracia é a existência de regras claras e iguais para todos. Por essa razão, a Executiva do Sindsep verificou o cumprimento de todas as condições estatutárias para validar a lista dos delegados que serão credenciados. As despesas de viagem e hospedagem dos delegados efetivos serão custeadas pelo Sindsep, conforme os critérios estabelecidos pela Condsef (rateio entre todos os sindicatos participantes). Não haverá credenciamento de observadores.

A Executiva do Sindsep estabeleceu o dia 2 de dezembro como data-limite para que os delegados efetivos possam ser substituídos por suplentes regularmente registrados.